

Cultura & Recreio

Publicação do Associativismo Feirense

Edição nº 7 | Maio 2011 | Distribuição gratuita

Director: António Pinto



Estatuto Editorial pág. 02

Relatório de Actividades 2010 pág. 08

Desabafos Associativos pág. 11

Últimas Notícias pág. 14

**FEDERAÇÃO**
colectividades 5



O associativismo tem um valor e uma dimensão junto das comunidades que é insubstituível, pela sua natureza, pela entrega total, pelo espírito de responder as necessidades das pessoas e sobretudo pela enorme vontade de ser útil e tomar partido no desenvolvimento cultural da sua terra e das suas gentes. O estudo levado a cabo (Projecto Associar) no último ano e ainda em curso, é revelador da importância tanto a nível do desenvolvimento cultural como socioeconómico.

Pelo trabalho que realizam como pela importância das suas acções, prestam um trabalho de grande relevo e de substituição dos poderes públicos nos diferentes domínios da sua actividade. Sendo esta a missão de cada uma das nossas associações, em cada uma das suas comunidades, o seu trabalho não é suficientemente valorizado pelas entidades públicas, que não lhes prestam os apoios devidos à dimensão das suas actividades e mesmo o pouco que atribuem é a tarde e a más horas, sem a noção de que se estas iniciativas fossem promovidas e organizadas por si, para além de ter menor dimensão teriam custos muito mais elevados.

Vivemos assim, num tempo que é preciso sabermos valorizar o nosso potencial, o nosso conhecimento e saberes e, nunca esquecermos que a fonte na

nossa razão de existir são as nossas gentes, com as nossas comunidades em primeiríssimo lugar. Apesar dos tempos difíceis que passamos que nos obrigam a uma grande criatividade e muito maior esforço, temos experiência suficiente para prosseguirmos com o nosso trabalho, certos que as populações onde estamos inseridos, continuarão a apoiarmos e a ajudar-nos a concretizar os nossos objectivos.

Reconhecendo todas as dificuldades é altura das instituições públicas fazerem opções e perceberem que é do interesse pública o trabalho realizado pelo movimento associativo. Em qualquer momento, mas sobretudo em tempo de crise, o movimento associativo é o caminho mais assertivo e a melhor opção para dar resposta adequada às necessidades culturais do Concelho, é mais envolvente, mais dinâmica, mais inclusiva, e mais próxima das populações. A opção não é cortar no apoio as associações, mas sim, transferir mais competências e capacidades para as associações dando-lhe os meios necessários. Este caminho para além de ser mais seguro, é Feirense e é mais barato!

Joaquim Tavares

Presidente Direcção da Federação das Colectividades

Estatuto Editorial

1 – O “Cultura e Recreio” é a publicação do associativismo feirense e tem como objectivo a formação geral e a divulgação de iniciativas e actividades das colectividades locais, bem como toda a informação de interesse para a Federação das Colectividades de Cultura e Recreio do Concelho de Santa Maria da Feira.

2 – Esta publicação terá periodicidade trimestral e será norteadada pelo rigoroso respeito pela boa fé dos leitores, pela liberdade de expressão, pelos princípios deontológicos da imprensa e ética profissional, recusando qualquer alinhamento com forças políticas, económicas ou outras, obedecerá ao respeito pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e dos Povos, à Constituição da República Portuguesa e aos nobres valores do associativismo, da solidariedade e coesão social.

3 – Será uma publicação aberta à pluralidade de opiniões e à participação activa dos leitores, desde que devidamente identificados e elucidados das suas

responsabilidades pessoais, salvaguardando-se, sempre que tal se justifique, à direcção editorial, o direito de limitar ou recusar a sua publicação.

4 – Na vertente informativa o “Cultura e Recreio” terá sempre a preocupação de salientar todas as versões dos factos, sem prejuízo de relevar o que tiver mais importância segundo critérios puramente jornalísticos, sem cedências a qualquer tipo de pressões e com total independência.

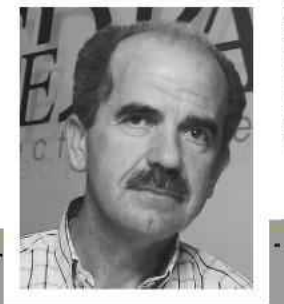
5 – O direito de resposta será exercido dentro dos parâmetros da lei da imprensa em vigor.

6 – A Direcção Editorial nomeada pela Federação das Colectividades de Cultura e Recreio do Concelho de Santa Maria da Feira é soberana nas suas decisões sobre conteúdos considerados jornalísticos.

7 – O conteúdo comercial, sempre que autorizado pela Direcção da Federação, será da responsabilidade dos anunciantes e condicionado, nos termos legais, ao Código da Publicidade.

E agora?

O que fazer com esta realidade associativa?



A SESSÃO PÚBLICA que foi realizada pela Federação das Colectividades de Cultura e Recreio do Concelho de Santa Maria da Feira, em parceria com a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, no passado dia 4 de Dezembro, que teve por objectivo a apresentação dos resultados do levantamento da realidade do associativismo cultural do concelho, num encontro onde estiveram reunidos alguns deputados da Assembleia da República, (Dr.º Amadeu Albergaria e o Dr.º Vítor Fontes), o Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e a Vereadora Dr.ª Cristina Tenreiro e Margarida Gariso, representantes da Federação das Colectividades do Distrito do Porto e da Federação Nacional, presidentes de Juntas de Freguesias e os directores das mais representativas associações culturais e recreativas do Concelho, que encheram por completo o auditório do ISVOUGA.

Estas conclusões apresentadas resultaram dum levantamento que foi realizado no âmbito do Projecto Associar, orientado pela Federação das Colectividades e apresentou-se como um incentivo à inovação e ao desenvolvimento associativo. Este projecto, tal como foi referido, para além da fase de pesquisa, contempla ainda a realização de uma profunda reflexão sobre os riscos e oportunidades do movimento associativo local, assumindo-se como um ponto de partida para um amplo debate sobre a sua importância social e prevê ainda a publicação de um livro.

Conforme referiu na abertura do encontro o Sr. Joaquim Tavares, presidente da Federação, “este levantamento é essencial para sabermos quem somos, quantos somos, o que fazemos e o número de pessoas que envolvemos nas nossas actividades, assim como os meios que dispomos e quanto valemos em termos económicos e o impacto socioeconómico dos projectos dinamizados pelas associações em regime de voluntariado.”

Trata-se como referiu de, um trabalho “essencial para percebermos a pujança, a dinâmica e também as fragilidades do movimento associativo, desmistificando muitas das opiniões que em muitas circunstâncias são emitidas sem fundamento, sem lógica e sobretudo sem qualquer conhecimento da realidade.”

O IMPACTO NA COMUNICAÇÃO SOCIAL foi expressivo mas havia espaço para mais. Faltou uma saudável discussão pública que permitisse o aprofundamento das conclusões apresentadas. Faltaram críticas construtivas. Ficou-se apenas pelas relações institucionais e pelas questões da subsídio-dependência.

Foram também referidos alguns comentários na rádio, num contexto de política local, que revelaram alguma dúvida que importa esclarecer: sobre a metodologia

utilizada – a actividade foi desenvolvida ao longo de 6 meses, foram realizadas 94 entrevistas, aplicadas cerca de 200 horas de trabalho, percorridos cerca de 2.500 kms para contactar as associações. A Federação efectuou ainda cerca de 400 telefonemas, enviou cerca de 350 cartas para garantir o melhor nível de eficiência no processo.

Tratou-se provavelmente de uma das maiores actividades do género realizada por uma organização associativa.

Foi utilizada uma metodologia idêntica à realização dos censos da população, que consistiu no preenchimento de um inquérito de consulta. Os critérios científicos foram os da quantificação e da qualificação. Ou seja: foram contabilizadas e classificadas as actividades, os participantes e os recursos envolvidos.

Os resultados foram conferidos e validados por cerca de 90% dos representantes das associações. Foi ponderada uma margem de erro de 2% para a variável de incerteza das respostas não confirmadas.

Para que não persistissem as dúvidas foram facultados dossiers aos interessados e manifestada disponibilidade para participar em todos os encontros que achassem necessários para a compreensão do processo e dos conteúdos.

Importa valorizar o elevado nível dos dirigentes associativos, que numa atitude participativa, fizeram chegar os seus contributos e as suas observações, que vão permitindo uma melhor observação para a correcção de eventuais erros que possam existir e que devem ser corrigidos.

A REFLEXÃO QUE SE IMPÕE daqui em diante é a de tirar consequências dos resultados. O que fazer para melhorar o nosso desempenho nesta diversidade de motivações e perspectivas em que nos movimentamos?

Assumir de pleno direito o papel de parceiros sociais em diálogo com os agentes políticos responsáveis pela gestão do interesse público a nível local... Valorizar a qualidade e eficiência do nosso trabalho na partilha de recursos e na cooperação institucional... São algumas das pistas que podem ser desenvolvidas no sentido do reforço da dinâmica associativa.

Para os dirigentes, importa a capacidade de distinguir o essencial do circunstancial, importa sobretudo clareza para diferenciar a etapa e o caminho: o que se pode ultrapassar e o que se deve prosseguir!

António Pinto
Director da Publicação

Associativismo: uma ideia útil!



Pedro Nuno Santos

(Técnico Sup. Gab. Associativismo CM Feira)

Atualmente, em tempos de crise social e financeira, o movimento associativo desempenha um papel preponderante na sociedade atual, posicionando-se como um importante recurso no desenvolvimento sustentado dessa mesma sociedade. A mais-valia da força associativa reflete-se, de certo modo, no comportamento social dominante das próprias comunidades, onde compete às associações intervir como mediadores, fazendo a união dos interesses comuns de cada cidadão, com a defesa de pontos de vista e ideias globais a toda a sociedade, tendo em vista a prossecução da sua missão de utilidade pública.

Segundo uma definição de associativismo contida no "Guia Para o Associativismo", publicado pelo Instituto de desenvolvimento Social, em 2005: "O Associativismo é a expressão organizada da sociedade, apelando à responsabilização e intervenção dos cidadãos em várias esferas da vida social e constituiu um importante meio de exercer a cidadania." (IDS:2001,5),

A partir desta definição pode-se deduzir que a importância e o valor crescente do movimento associativo decorre do fato deste constituir-se como uma criação, uma realização viva, independente e, acima de tudo, uma expressão da ação social das populações, nas mais variadas áreas, contribuindo, positivamente, para a educação não-formal dos diversos agentes sociais.

Para os sociólogos e outros investigadores das ciências sociais, o associativismo é a genuína expressão da liberdade, sendo o maior exemplo da vida democrática. Assumindo-se como uma escola de vida, onde se aprendem e partilham valores como, a cooperação, a solidariedade, a generosidade, o empreendedorismo, o humanismo e a cidadania. Conciliando, de forma inequívoca, os valores coletivos com os individuais. Nesta perspetiva, para as ciências sociais, defender, reforçar, apoiar e promover o associativismo, acaba por ser, ao fim e ao cabo, o defender e reforçar da própria democracia e da participação dos cidadãos na vida social.

O associativismo, enquanto movimento ou dinâmica social é um produto que se transforma com a própria evolução da sociedade, acompanhando e participando ativamente nessa mesma transformação. A sua realização acontece a um índice, tanto ou mais profundo, quanto estejam claros os objetivos da sua intervenção; bem como, o seu próprio projeto associativo e o projeto da sociedade, ou comunidade, para a qual está orientado o conteúdo fundamental da sua ação. Colocando-se aqui a interrogação ou reflexão acerca da missão da própria associação e o seu reflexo enquanto ideia útil para a sociedade.

Esta reflexão tem vindo a merecer a atenção de investigadores das dinâmicas sociais, como o catalão Toni Puig, considerado um "guru das cidades", especialista em Gestão Cultural e criador da marca territorial "Barcelona". O autor defende que todas as organizações que interagem na sociedade devem ter sempre presentes a ideia para que foram criadas, a sua missão, e, sobretudo a forma útil como podem agir e transformar o social. Este autor defende ainda, que, sem estes pressupostos as organizações estão feridas de inutilidade a nível social, não existindo, por isso, qualquer argumento passível de justificar a sua existência.

Reportando esta questão para o espaço associativo do Concelho de Santa Maria da Feira, será da inteira competência dos diversos agentes associativos, tanto a nível de dirigentes, como de associados, proporcionar espaço para a reflexão acerca das seguintes questões: "Qual a utilidade pública da nossa associação? Para que servimos? Para que queremos servir? O que justifica a nossa existência?"

As respostas a estas questões podem servir, de sobremaneira, para qualificar o tecido associativo concelhio, uma vez que, a partir dali, as associações estarão capazes de definir qual a sua missão, a sua utilidade social e os pontos de identidade e diferença que servem de matriz identitária perante projetos associativos semelhantes.

A reflexão que se propõe, apesar de parecer um exercício simples, reveste-se de muita importância para a categorização e qualificação do tecido associativo de Santa Maria da Feira. A teia associativa do Concelho de Santa Maria da Feira está preenchida por associações culturais, recreativas e desportivas que, de certa forma, atropelam-se na busca do seu ideal de utilidade pública (missão). Neste campo temos associações com oferta, de projetos e atividades, decalcados ou copiados de outras associações do Concelho. Projetos, cuja aplicação acontece sem qualquer tipo de planeamento ou estratégia, negando, assim, a diversidade da oferta associativa, tanto a nível cultural, como recreativo ou desportivo.

O exemplo que melhor pode ser citado para corroborar esta ideia, é o que vai acontecendo neste Concelho com o Folclore. Se estivermos atentos às movimentações que ocorrem neste tipo de associações, iremos reparar que, salvo raras exceções, sempre que algum elemento se chateia, a maneira mais simples de resolver os conflitos internos é a criação de mais uma estrutura associativa e, por conseguinte, de mais um rancho folclórico que será mais uma cópia do outro, nada trazendo de utilidade pública ou valor cultural acrescentado. Em algumas freguesias chega-se mesmo ao cúmulo de existirem três e quatro ranchos folclóricos, de qualidade por vezes duvidosa, e sem qualquer trabalho de base etnográfica que justifique a sua existência!

É certo que, tal como é referenciado na Constituição da República, no seu Artigo n.º 20: "toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacífica".

A este propósito será ainda conveniente citar a própria revista "Elo Associativo", publicada pela Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio que, num dos seus artigos menciona que, "Uma associação forma-se por decisão voluntária (...) no sentido dos objetivos que lhes satisfaçam as necessidades (...)" (Elo Associativo n.º 17, 2001:16)

Porém, não é menos certo, que todo o trabalho associativo, bem como a missão e princípios de gestão das associações deverão ser orientados em função da organização de projetos e atividades que conduzam à satisfação das necessidades expressas pela sociedade, após transformação em ideia útil pelos associados, com a fundação da associação, apostando na diversidade da oferta e ampliadas à medida que os anos passam, acompanhando a dinâmicas de evolução da sociedade a nível de mentalidades, de técnicas, dos meios e da própria cultura.

É importante que as associações existam. Tenham plena consciência do porquê da sua existência. E interiorizem o conceito de utilidade pública na prossecução da sua missão, considerando-se mais um agente que presta um serviço público ao desenvolvimento integrado da nossa sociedade. Só assim teremos um movimento associativo forte, responsável, comprometido em ser um parceiro social de excelência, para encetar verdadeiras mudanças na sociedade.

pedro.nuno@cm-feira.pt

Bibliografia:

- Instituto de Desenvolvimento Social: Guia para o Associativismo; Lisboa, IDS, 2001
- Puig, Toni: La ciudad de las Asociaciones - Dirigir, gestionar y animar las asociaciones, Madrid, Editorial Popular, S.A., 1994
- Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio: Revista Elo Associativo n.º 17, 2001:16

Texto escrito conforme o Novo Acordo Ortográfico



Tiago Santos

O associativismo em Portugal surge com a propaganda dos ideais liberais, a expansão dos princípios da revolução Francesa e o nascimento da Revolução Industrial. Não deixa de ser curioso que as primeiras duas associações são bem próximas de nós: Banda de Música de Santiago Riba-Ul em 1722 e Banda Musical de Figueiredo (Arouca) em 1741. Estas colectividades eram as protagonistas dos Bailes que emanavam de Norte a Sul do país.

O crescimento do movimento associativo está intimamente ligado ao crescimento da classe média, ao desejo dos indivíduos se identificarem sócio-profissionalmente com outros e à expansão das ideias liberais e republicanas. Por isso não é de estranhar que no final do século XIX a maioria das associações surgem dos movimentos operários e políticos. O caso português não é excepção e a emergência do movimento associativo a partir de 1850 faz com que o Estado a 9 de Maio de 1891 publica a lei que autoriza e regulamenta a criação de associações de índole profissional. Estes movimentos estão intimamente ligados ao crescimento da Maçonaria. Com a implantação da República a influência dos Maçons nos sucessivos governos (46 em 16 anos) intensifica-se.

Dentro dos movimentos operários surgem as associações mutualistas – ou associações de socorros mútuos na doença. Só no Porto, entre 1853 e 1859 são criadas 13 destas associações que tinham na sua génese o apoio ao profissional. Entre essas associações temos, por exemplo, em 1852 a Sociedade de Socorros dos Tipógrafos Portuenses e em 1856 a Associação de Pintores Portuenses.

As associações de cariz regionalista apenas mais tarde surgem com os movimentos migratórios do interior para o litoral. Nestas incluem-se os “Grêmios” e as “Casas

Regionais”. Este êxodo rural transforma o conceito de cidade onde crescem os “novos pobres” inundando-a com vadiagem, prostituição e alcoolismo. As novas associações surgem em torno deste contexto e as ideias republicanas encontram neste meio local ideal para crescer.

Assim, no início do século XX, entre o fim da Monarquia e o início da I República, surgem associações ligadas aos ideais republicanos. Entre elas destaco os Centros Escolares Republicanos (são vários os que nascem entre o final do século XIX e início do século XX) e a primeira associação feminina em Portugal – Concelho Nacional de Mulheres Portuguesas – em 1914.

Com o 5 de Outubro de 1910 o sentimento de liberdade tomou de assalto a população e na tentativa de terem melhores condições de vida, os portugueses começaram a organizar-se das mais variadas formas em torno dos interesses da sua classe ou profissão criando associações que zelassem melhor pelos seus interesses.

No início do século XX as associações em Portugal tinham uma das seguintes formas: mutualista, de classe, corporativa ou sindical.

Em inquérito realizado pela Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto em 2007 13,6% das associações em Portugal nasceram entre 1901 e 1925 o que significou um crescimento de 4,3% face ao período anterior. Este período lançou as bases para uma sociedade cívica, social e associativa que se fortaleceu após o 25 de Abril de 1974.

Tiago Santos



Alberto de Jesus Gilde

(Presidente da Direcção do Grupo de Danças e Cantares Regionais da Feira)

Entende-se por património: 1) os bens herdados directamente de pai e mãe, (bens de família), e outros familiares próximos; 2) bens de heranças expressas em testamentos deixados por alguém a uma ou mais pessoas, por relações efectivamente construídas; 3) bens necessários para a ordenação e sustento de um eclesiástico; 4) bens arqueológicos móveis ou imóveis de uma nação, considerados de interesse cultural para a humanidade; 5) todos os bens materiais e imateriais de um povo, que pelo seu reconhecido valor próprio, devem ser considerados de relevante interesse para a permanência e identidade desse povo através dos tempos.

E é sobre estes últimos bens, sobre este tipo de património, que vou desenvolver um trabalho de pormenor, em ordem à fruição e criação cultural a que todos têm direito. Direito esse que está consagrado na Constituição Portuguesa e consta da Lei nº 13 de 1985, de 6 de Julho, como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural (nº 1 do Artº 78º), incumbindo ao Estado promover a salvaguarda e valorização desse património, tornando-o elemento verificador da identidade cultural comum, (nº 2 do Artº 78º).

Trata-se duma tarefa especificamente do Instituto Português do Património Cultural, a executar com a colaboração das associações de defesa do património e outras.

E para melhor entendermos de que se trata falar de património etnográfico, sob o aspecto cultural, convém analisarmos o que se entenda por etnografia.

Até ao século passado entendia-se por etnografia a ciência que estuda e descreve as tradições e costumes próprios dos povos menos evoluídos, técnica e economicamente. Modernamente essa ideia de limitação vai sendo esbatida e a etnografia, (como a etnografia), vai demonstrando tendência a interessar-se por todos os povos, sem preconceitos, quanto ao desenvolvimento técnico e económico.

A etnografia em Portugal apareceu como ciência no final do século XIX, com Adolfo Coelho, e principalmente, com José Leite de Vasconcelos, que estabeleceu definitivamente esta nova ciência.

Trata-se duma ciência que tem por objectivo o estudo científico da herança social de determinado povo ou área cultural, assente em bases firmes e duradouras.

Ora, das “antiguidades populares” (vulgo folclore) actividades exercidas por grupos ou associações específicas, que se prezem, a elas cabe a tal função de cooperar com o estado na preservação, defesa e valorização desse rico património a que nos referimos, que compunha toda a envolvimento da vida dos nossos antepassados.

E, normalmente, reportamo-nos à época de finais do século XIX e princípios do século XX, mas, sem desprezarmos a ideia de que se preste igual atenção a todo o possível património que se consiga recolher de tempos mais recuados.

De modo esse material que fazia parte da vida dos nossos antepassados, de algumas peças, (poucas), o seu uso ainda chegou aos nossos dias.

Quanto não seja mais, por motivos memoriais de certas famílias.

A grande maioria aparece em destacados museus etnográficos, (como acontece, por exemplo, no Museu dos Lóios, que não sendo propriamente um museu etnográfico, tem no seu recheio um vasto património de peças recolhidas pelo responsável da fundação do Grupo de Danças e Cantares Regionais da Feira, mas existem outros micromuseus no concelho da Feira, onde podemos encontrar também boas recolhas.

No entanto, infelizmente, há peças que se perderam definitivamente, e algumas que nem sequer é possível fazer replicas das mesmas, porque a sua imagem se perdeu no tempo, em algumas terras. Desde os utensílios e mobiliário das casas de antigamente, ao vestuário e calçado, passando por toda a gama de alfaias e máquinas artesanais de trabalhar nos campos e nas oficinas, existe uma grande variedade de tudo isso, que constitui um rico património que não devemos perder.

Património de que nos devemos orgulhar, que temos de preservar para mantermos vivas as nossas raízes, e podermos assim transmitir essa cultura aos vindouros, às gerações que nos vão seguir.

Sobre todo esse património cultural/etnográfico especificamente do concelho de Santa Maria da Feira, irei debruçar-me num próximo trabalho a desenvolver, na sequência deste que finalizo aqui.

Santa Maria da Feira, 17 de Março de 2011.

Alberto de Jesus Gilde

1. PRINCIPAIS ACTIVIDADES

1.1. Administração, Formação e Desenvolvimento Associativo

1.1.1. Acção de Formação Certificada

Com o propósito de dotar os colaboradores e dirigentes desta instituição e dos seus associados nas diferentes áreas de Gestão Associativa, a formação de dirigentes foi resultado de uma parceria com o ISLA – GAIA Instituto Superior, AEP e a Confederação Portuguesa das Colectividades.

Este projecto foi planeado para formar até 150 pessoas, com um total de 180 horas de formação repartidas por 8 módulos (Comunicação Institucional e Interna, Gestão de Organizações, Organização de Eventos, Fiscalidade e Contabilidade, Implementação de Procedimentos de Gestão e de Informação, Gestão Documental e Financeira, Legislação Associativa e Gestão de Projectos) de 20 e 25 horas.

A formação teve uma fase de preparação em 2009 e foi executada no primeiro semestre de 2010.

No âmbito do módulo de Organização de eventos, foi organizado pelos formandos e pelo formador um evento sob designação de "Jantar Debate" sobre a Gestão Associativa e foi editado um DVD relativo à Gestão Associativa.

Com 105 inscrições nos diversos módulos, neste curso participaram formandos oriundos do CÍRAC, GDC de Mozelos, CCR Malmequeres de Lourosa, CCR do Orfeão da Feira, Rancho Folclórico e Etnográfico de Terras de Santa Maria – Rio Meão, GCR Andorinhas de Espargo, GDC Regionais da Feira, Ritus de Milheirós de Poiares, Rancho Folclórico As Florinhas de Caldas de S. Jorge, Lourocoop e da Federação.

1.1.2. Projecto Associar

Foram realizadas todas as actividades previstas para a 1ª Fase do Projecto: Levantamento e apresentação das conclusões. A actividade foi desenvolvida ao longo de 6 meses, foram realizadas 94 entrevistas, aplicadas cerca de 200 horas de trabalho, percorridos cerca de 2.500 kms para contactar as associações. A Federação efectuou ainda cerca de 400 telefonemas e enviou cerca de 350 cartas. Os resultados foram conferidos e validados por cerca de 90% das associações entrevistadas. Foi ponderada uma margem de erro de 2% para as informações não confirmadas.

Do levantamento da realidade do associativismo cultural, foi elaborado um relatório com as conclusões, foi publicado e apresentado publicamente no passado dia 4 de Dezembro no auditório do ISVOUGA, numa iniciativa



1.2. Informação, Comunicação e Imagem

1.2.1. Site – fecofeira

Foi introduzido um calendário/agenda de forma a possibilitar uma melhor pesquisa de todas as actividades e tendo sido objecto de pequenas alterações de forma permitir uma imagem mais atractiva.

1.2.2. Publicação – cultura&recreio

Foi apenas editada uma publicação nº 6 com conteúdos referentes aos Resultados do Levantamento da Realidade Associativa do Concelho de Santa Maria da Feira.

Tendo sido distribuídas no dia 4 de Dezembro no âmbito da iniciativa "Apresentação dos Resultados do Levantamento da Realidade Associativa do concelho de Santa Maria da Feira".

De referir que a publicação foi objecto de remodelação em termos de design gráfico.

1.3. Teatro

1.3.1. Teatro à Roda'10

Realizou-se a 2ª edição do Teatro à Roda, foram apresentados 20 espectáculos, que percorram 14 freguesias do referido concelho.

Esta iniciativa contou com a participação 10 grupos de teatro (Centro de Cultura do Orfeão da Feira, Grupo Cénico de Lourosa, CÍRAC, Lourocoop, Associação Cultural e Recreativa de Escapães, Ritus, Forum Ambiente e Cidadania, Juventude de Sanguedo, GC "Os Velhos" Milheirós de Poiares e a Juventude Inquieta.

1.4. Folclore e Etnografia

1.4.1. Romaria à Moda Antiga'10

Foi levada a efeito a 1ª edição da iniciativa Romaria à Moda Antiga, que teve lugar no dia 29 de Agosto, na Senhora da Piedade em Santa Maria da Feira e abrangeu cerca de 10 ranchos/grupos ligados ao folclore e etnografia do referido concelho (Rancho Regional de Argoncilhe, Rancho Folclórico S. Tiago de Lobão, Grupo Cultural e Recreativo "As Andorinhas" de Espargo, Centro de Cultura e Recreio do Orfeão da Feira, Rancho Folclórico "As Florinhas" de Caldas de S. Jorge, Associação Grupo Danças e Cantares Regionais da Feira, Grupo de Danças e Cantares das Margens do Rio Uíma, Centro de Cultura e Recreio "Malmequeres" de Lourosa, Rancho Folclórico e Etnográfico das Terras de Santa Maria - Rio Meão e o Rancho Regional da Vila de Lobão.

Este projecto teve por objectivo a recriação de uma romaria de arraial do primeiro quartel do século XX.

Foi também editado um DVD referente à iniciativa.



1.4.2. Formação na área de Cursos de Instrumentos Tradicionais (Concertina; Cavaquinho; Viola Braguesa e Guitarra)

Inscreveram-se 86 elementos, oriundos de vários grupos de folclore do concelho (Rancho Regional de Argoncilhe, Rancho Folclórico S. Tiago de Lobão, Centro de Cultura e Recreio do Orfeão da Feira, Rancho Folclórico "As Florinhas" de Caldas de S. Jorge, Centro de Cultura e Recreio "Malmequeres" de Lourosa, Grupo Cultural e Recreativo "Saias Amarelas", Rancho Folclórico "As Florinhas" de Rio Meão, AJISCE – Associação Jovem de Intervenção Sócio Cultural e Ecológico, Centro de Cultura e Desporto de Fiães - Grupo Folclórico "As Moleiras" e o Rancho Regional da Vila de Lobão.

O Espectáculo de Encerramento aconteceu no dia 4 de Dezembro, na Apresentação Pública dos Resultados do Levantamento da Realidade Associativa do Concelho de Santa Maria da Feira, no Auditório do ISVOUGA.

1.5. Viagem Medieval em Terras de Santa Maria

Concretizou-se a XIV edição da Viagem Medieval em Terras de Santa Maria conhecida como a maior recriação histórica do país, para o efeito contribuíram diversas associações concelhias.

Verificou-se uma crescente participação, por parte das organizações e dos cidadãos do concelho, na participação e no envolvimento na iniciativa.

O movimento associativo concelhio participou nas diversas áreas de animação com cerca de 1.000 pessoas.

A estimativa de receitas geradas pelo evento para o total das associações envolvidas poderá ser superior a 250.000 euros.

2. SITUAÇÃO ECONÓMICA

A situação económica da Federação é estável e controlada. O resultado apresenta um saldo positivo graças à aposta no trabalho voluntário, ao criterioso esforço de rigor orçamental e à de contenção na despesa.

3. DIVIDAS ÀS FINANÇAS E À SEGURANÇA SOCIAL

Não existem dívidas às Finanças nem à Segurança Social.

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A direcção propõe que o resultado líquido do exercício de 2010 seja afecto a resultados transitados.

5. AGRADECIMENTOS

A direcção agradece o apoio da Câmara Municipal e da Delegação Regional de Cultura do Norte pela colaboração e apoio atribuído.

Agradece ainda a todos os técnicos e dirigentes das associações federadas pela colaboração e empenho que foram os principais responsáveis pelo sucesso das actividades realizadas.



1) O que é que está acontecer de relevante com a tua associação?

2) Como é que a tua associação tem enfrentado a conjuntura actual? E o PAAC, qual é a tua leitura?



Afonso Jesus

Presidente do Rancho Regional de Argoncilhe

1) Para o Rancho Regional de Argoncilhe, 2011 é uma vez mais, um ano repleto de iniciativas. Após realizar, o Encontro de Cantares de Janeiras, a Queima dos Velhos e o VIII Festival de Teatro, aproxima-se a passos largos, o Festival Infantil, a 21 de Maio e o Festival Folclórico do Castelo, a 25 de Junho. No segundo semestre, o Festival das Colectividades, o Festival Internacional de Argoncilhe, a Escapelada do Resto, as Comemorações do 73.º Aniversário e a Festa de Natal, serão merecedores de toda a nossa atenção.

Nas nossas instalações, funciona semanalmente: O Rancho Adulto, o Rancho Infantil, o Teatro Adulto, o Teatro Infantil e Juvenil, o Hip-hop e o Karaté. Todos os dias, a Sede enche-se de vida para que, num espírito alegre e construtivo, as pessoas possam: conviver, dançar, cantar, tocar, praticar desporto, aprender as tradições e a cultura da nossa região e desenvolver talentos e o gosto pela arte.

2) O Associativismo é um espelho da sociedade. A actual realidade socio-económica, afecta directa e indirectamente as Associações. Mais dificuldades financeiras nas entidades públicas e privadas, traduzem-se em menos subsídios, patrocínios ou donativos. Mais tempo afecto ao trabalho, significa menos tempo dedicado na Associação.

O Rancho Regional de Argoncilhe, tem sabido ultrapassar as dificuldades através da dedicação e empenho dos seus corpos sociais, componentes, associados e amigos da colectividade. Torna-se imperativo continuar a fazer as iniciativas e se possível aumentá-las. Fazer mais, com menos. A solução é, ter a capacidade de envolver cada vez mais as pessoas, atribuindo responsabilidades, dando espírito de iniciativa, fazendo com que se revejam na Associação e que retirem prazer naquilo que fazem. Um efeito de bola

de neve positivo, capaz de agregar as pessoas que nos circulam.

Nesta perspectiva, o Rancho Regional de Argoncilhe, no ano de 2011, continua a crescer, com a criação da secção da juventude.

O PAAC continua a ser atribuído de mesma forma, desde há vários anos, com base nos mesmos princípios. Todos os anos, as Associações sabiam o que iriam receber, independentemente do maior ou menor número de iniciativas, ou da maior ou menor qualidade das mesmas, ou seja, o mesmo que no ano anterior. E no ano de 2011, relativamente ao PAAC de 2009, continuamos a saber; sensivelmente 50% do atribuído, dos anos anteriores.

O PACC, necessita ser urgentemente revisto. Quem trabalha mais e melhor, merece receber mais. A Federação de Cultura e Recreio de Santa Maria da Feira, poderá e deverá ser ouvida, pela Câmara, na discussão e análise do PAAC.

Por outro lado, concordo que as verbas consignadas no PAAC, sejam atribuídas com base nas actividades realizadas pelas Associações e não pelas actividades que possam realizar. Desta forma, apoia-se efectivamente o que é feito e não, o que se prevê fazer e depois não se faz. Não podemos é, estar no ano de 2011, com todas as actividades realizadas pelas Associações, com todos os custos inerentes às mesmas, estarmos a receber verbas de 2007 ou de 2008. Neste ano de 2011, deveríamos estar sim, a receber as verbas consignadas no PAAC de 2010.

Se existe uma verba consignada para o PAAC que, todos anos é orçamentada e aprovada, para onde é que anda, desde 2007, o dinheiro destinado à cultura?

Afonso Jesus



Pedro Silva

Presidente da Juventude de Sanguedo

1) A Juventude de Sanguedo tem tido ao longo do ano sempre eventos e iniciativas variadas.

Para Maio temos agendado o SanguedoFashion Primavera/Verão, que nas suas últimas edições tem sido um enorme sucesso, a realizar no dia 21, pelas 21h. Teremos também o Fim-de-semana Radical com data ainda a designar.

Em Junho, está previsto para o dia 1, a Comemoração do dia Mundial da Criança, assim como o início da Feira do Livro que irá até dia 5 de Junho, com muita animação e surpresas!

Dia 25 de Junho, a Audição Musical de Final de Ano da nossa Escola de Música será com certeza uma ótima oportunidade para que as pessoas de Sanguedo, e fora de Sanguedo, possam apreciar o trabalho destes jovens talentos.

Não poderemos esquecer que em Julho será a comemoração do 26º aniversário desta Associação. Em suma, é de realçar que todas estas actividades mencionadas anteriormente já estão a ser preparadas,

mas que de facto existem muitas outras que estão presentes no nosso Plano de Actividades 2011.

2) No tempo de crise é bom lembrar que temos de ser o mais unido possível para enfrentarmos os problemas existentes.

Por isso, o movimento Associativo nunca pode deixar de ter a sua palavra a dizer, porque todos sabemos que sem ele alguns povos deixam de viver as suas culturas e algumas actividades que só podem ser feitas através do Associativismo deixam de ser realizadas. Assim, apelamos a todos os Órgãos Sociais, Públicos e outros que sejam um só e que estes apelem, também, pelo bem de todas as Associações.

Sabemos que o problema já não é de hoje e temos que o combater, por isso invoco que a Câmara Municipal da Feira, de uma vez por todas, faça um plano de apoio de pagamento para as Associações e que apoie o que poder nas actividades de uma forma a que sejam valorizadas pelo seu valor e actos, e não pelo seu nome.

Pedro Silva



Arminda Coelho

Presidente do Centro Cultural e Recreio Os Malmequeres de Lourosa

1) Vai iniciar em Maio, formação para criação de gigas (cestos).

2) A actual conjuntura não é favorável, dado que não temos autonomia. A atribuição do PAAC não é igual para todas as colectividades, os pagamentos deveriam ser igual para todos.

Arminda Coelho



Silvina Tavares

Presidente do CIRAC

1) Nada de especial. O início do ano, é sempre uma época de balanço e preparação. Não temos actividades de maior, apenas o trabalho normal de ensaios e preparação para uma actividade intensa que se aproxima, e que terá início com o 34º Festival Internacional de Música de Verão, durante os meses de Junho e Julho. Mas todas as secções estão no activo.

2) Com muitas dificuldades. Dificuldades próprias de quem vive, ou antes, sobrevive em grande parte, dos subsídios que lhe são atribuídos pelas diversas entidades: IPJ, INSTITUTO DAS ARTES, CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA, JUNTA FREGUESIA, MINISTÉRIO DA CULTURA DO NORTE, INATEL.

Claro que temos dentro da Associação, actividades que são fontes de algumas receitas, e que nos ajudam a fazer

face a algumas despesas mensais.

A minha leitura do PAAC não é de todo satisfatória. É quase impossível, senão mesmo impossível, sobreviver, estando 3/4 anos à espera de receber subsídios de actividades que já foram realizadas e pagas. Valores que foram atribuídos e aprovados, e depois alterados para quantias inferiores. Se não forem alterados alguns procedimentos relativos aos pagamentos desses subsídios, corremos, nós e muitas outras Associações, sérios riscos de fecharmos as portas. Estamos a fazer os possíveis e impossíveis para que isso não aconteça, mas não podemos fazer milagres. Como disse há pouco tempo, não se podem fazer morcelas sem sangue...

Silvina Tavares



Márcio Correia

Presidente do Centro de Cultura e Recreio Orfeão da Feira

1) O Orfeão da Feira vive um momento único na sua história ao comemorar 100 anos de vida. No âmbito das suas comemorações tem um conjunto de actividades ricas a nível histórico e cultural, desde o Festival de Guitarra, ao ciclo de Jazz, Gala centenária, às Mini-Olimpiadas, edição do livro de 100 anos de vida do Orfeão da Feira, inauguração de momento na cidade da Feira, entre muitas outras acções culturais nossas. Sem dúvida que 2011 marcará futuramente a instituição, até porque com a sustentabilidade do nosso projecto de ensino "Oficina d Artes" criará riqueza musical, teatral e artística para Santa Maria da Feira

2) Os momentos actuais são complicadíssimos em termos financeiros para todas as associações e naturalmente o Orfeão da Feira não é excepção. O Orfeão da Feira tenta acima de tudo reduzir ao

máximo as despesas fúteis e ser mais criterioso nas suas iniciativas culturais, apostando na qualidade e não quantidade para assim termos uma melhor retorno dos nossos investimentos culturais, seja termos de entidades que nos possam apoiar (públicas ou privadas), seja no público em geral. Quanto ao PAAC, entendo que deveria ser pago no ano de realização dos eventos os respectivos apoios financeiros, como acontece nos concelhos mais desenvolvidos culturalmente. É inadmissível que em S. M. da Feira se espere 48, 36, meses, por exemplo, por verbas que as associações têm direito por eventos anteriormente realizados. E pior que isso é depois de tanto tempo à espera ainda cortarem nesses apoios, é uma falta de respeito para quem trabalha gratuitamente e assume responsabilidades legais em prol da sociedade.

Márcio Correia

FORMAÇÃO E APOIO NA CONTABILIDADE E GESTÃO DAS ASSOCIAÇÕES

A Federação sensibiliza os dirigentes associativos para o conhecimento das novas regras sobre a organização contabilística aprovada recentemente para as ESNL – Entidades do Sector Não Lucrativo, onde se enquadram as associações e outras instituições sem fins lucrativos, com ou sem contabilidade organizada.

Conforme determina o decreto-lei 36-A/2011 e as portarias 105 e 106 que publicaram os modelos de demonstração financeira e os códigos de contas aplicáveis às referidas entidades, quem não aplicar as novas normas, incorre numa multa que pode ir de 500 a 15.000 euros.

O departamento de apoio à gestão das organizações está a preparar um conjunto de acções de formação e documentação e serviços de apoio necessários à modernização administrativa do movimento associativo.

PROJECTO ASSOCIAR

Com o encerramento do Ciclo de Debates, que se realizaram durante os meses de Março e Abril, o Projecto Associar vai entrar na 3ª fase em que se prevê a edição de um livro e a realização de um Congresso, entre outras iniciativas de apoio à modernização e dinamização do movimento associativo.

Está a ser preparada uma Carta Aberta que tornará públicas as preocupações apresentadas nos debates pelos dirigentes associativos e pelos autarcas que participaram. Serão referenciadas preocupações sugestões e desafios a todos os parceiros sociais e políticos responsáveis pela gestão do interesse público.

ENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO NA VIAGEM MEDIEVAL 2011

Estão a ser preparadas várias iniciativas para dinamizar a

participação dos membros das associações na animação da Viagem Medieval em Terras de Santa Maria.

As acções de sensibilização passarão pela consulta aos directores e realização de encontros com os grupos de música, teatro, dança e animação de rua, com actividades nas diversas associações culturais do concelho.

Nessas reuniões serão desenvolvidas as questões específicas do enquadramento histórico e as questões práticas da acessibilidade logística de apoios e recursos que serão disponibilizados.

2ª EDIÇÃO DA ROMARIA À MODA ANTIGA 2011

A Federação em conjunto com os grupos de folclore e etnografia, organizam a 2ª edição da iniciativa sob designação de, "Romaria à Moda Antiga".

A "Romaria à Moda Antiga" está agendada para o dia 22 de Maio de 2011, no Arraial de Santo Ovideo, freguesia de Lobão, concelho de Santa Maria da Feira. Com início pelas 9 horas, a iniciativa prolongar-se-á até ao final da tarde do mesmo dia.

Esta iniciativa tem por objectivo, a recriação de uma romaria nos inícios do século XX.

"Oriundos de locais distintos, diversos conjuntos de pessoas, aglomeram-se espontaneamente. Trazem o farnel para o almoço, os liteiros para repousarem, o vinho e alguns instrumentos tradicionais para se animarem. O povo devoto, poderá ir à missa, ou pagar promessas. Depois da missa, num espírito festivo e de convívio, o povo troca de farnéis, tocam, cantam e dançam, ao som do improvisado e do desafio. As crianças brincam no terreiro enfeitado a preceito. Os mais velhos, divertem-se com jogos tradicionais. Os feirantes vendem produtos da época, enquanto outros se refrescam na taberna. No leilão do final do dia, as pessoas poderão adquirir alguns produtos, doados pelos devotos, ao Santo da Romaria."

Enquadramento Histórico da Viagem Medieval 2011



1 de Agosto de 2011, Segunda-feira

1144 - D. João Peculiar, arcebispo de Braga e grande conselheiro d'el-rei, viaja até Roma com pelo menos duas missões: propor a inclusão do mosteiro de Grijó no património da Sé Episcopal e levar uma carta de vassalagem de D. Afonso Henriques, pretendendo que o papa reconheça o reino de Portugal e D. Afonso Henriques como rei. Regressou desiludido pois apenas foi aceite a vassalagem de el-rei, apesar de ter recebido o palio, a confirmação dos privilégios de Santa Cruz e a aceitação do mosteiro de Grijó. Afonso VII, imperador resolve partilhar os seus reinos de Leão e Castela com os seus dois filhos. Fernando II que fica com o reino de Leão, quer reaver o território português.

2 de Agosto de 2011, Terça-feira

1146, 31 de Março – em dia de Páscoa, Afonso Henriques recebe por mulher, D. Matilde ou Mafalda de Maurienne, filha do conde Amadeu de Sabóia. Escolheu uma mulher da linhagem a que seu pai pertencia, sobrinha do rei de França, sendo uma escolha do ponto de vista político e religioso muito acertada. No mundo árabe existem mudanças: Ali Bin Yusuf morre e inicia-se um grave ciclo de perturbações entre almorávidas e a nova corrente que crescia em larga escala na península: os almoádas. A terra de fronteira continuava nos arredores de Coimbra, na zona de Leiria e noutros lugares da Estremadura.

3 de Agosto de 2011, Quarta-feira

1147, 5 de Março – Nasce o primogénito de D. Afonso Henriques e em homenagem a seu avô, é chamado de Henrique. 15 de Março – El-rei com a ajuda dos cavaleiros Templários e os moradores de Santarém entra e conquista esta cidade. 16 de Junho - chegam navios de Cruzados à foz do rio Douro, vindos do norte da Europa, em direcção à Terra Santa. O bispo do Porto, D. Pedro Pitões reúne-se com estes cruzados no paço episcopal e apela à sua participação na tomada de Lisboa, chamando a atenção para as suas obrigações como bons cristãos que eram.

4 de Agosto de 2011, Quinta-feira

1147, Julho - D. Afonso Henriques, já nos arredores de Lisboa, promove um encontro com os chefes cruzados, reafirmando o pedido de ajuda. Decididas as questões com ingleses, normandos, flamengos, colónienses, bretões, bolonheses e escoceses, montaram os arraiais em redor da cidade. O cerco Lisboa, apesar de ter havido grande mortandade de parte a parte, termina com a vitória cristã a 14 de Outubro. A seguir Afonso Henriques apodera-se de Sintra, Almada e Palmela, importantes fortalezas necessárias à defesa de Lisboa. 1154, 11 de Novembro – Nasce o quinto filho de el-rei D. Afonso, a quem se dá o nome de Martinho, por ter nascido no dia do Santo. Depois da morte de seu irmão Henrique, com apenas 8 anos, recebe o nome de Sancho, porque o nome não seria digno da realza.

5 de Agosto de 2011, Sexta-feira

1165 a 1169 - Geraldo Geraldês, o Sem Pavor era um personagem que, com um bando de salteadores, agia por sua conta e risco, principalmente na zona do Alentejo. Afonso Henriques apoiava-os discretamente, tirando partido dos seus assaltos, apoderando-se depois das cidades que eles saqueavam e conquistavam. Badajoz foi sempre o principal alvo de todas as suas investidas. Atacando uma cidade ora outra, iam servindo de base para os novos ataques até chegarem à grande cidade cobiçada quer pelos cristãos quer pelos muçulmanos, sendo a praça-forte mais importante do Ocidente Islâmico.

6 de Agosto de 2011, Sábado

3 de Maio – Desastre de Badajoz
O Sem Pavor ataca as muralhas exteriores de Badajoz, fazendo recuar as hostes muçulmanas para o interior da alcáçova. Afonso Henriques que se encontrava em expedição no Alentejo vai em seu auxílio. O califa, estando em Marrocos, manda pregar a jiahad (guerra santa) de modo a reunir um grande exército para a socorrer. Fernando II de Leão, sabendo desta investida também se encaminha para Badajoz. Aí chegando, Fernando II incita os sarracenos da alcáçova e estes fazem uma sortida de surpresa, obrigando os portugueses a retirarem-se precipitadamente. Nesta corrida, el-rei D. Afonso, montado no seu cavalo, choca no ferrolho de uma das portas da muralha exterior e parte a perna direita. Salvo pelos seus companheiros, é mais tarde capturado e preso pelas tropas leonesas. Mas após um acordo, foi libertado e regressou a Portugal. Este acidente impossibilitou D. Afonso Henriques de voltar a cavalgar. Conta-se que El-rei acordou com D. Fernando II, em vir tratar-se às termas e quando pudesse voltar a cavalgar, regressaria à sua prisão. E esta a razão pela qual se diz que D. Afonso Henriques nunca mais montou a cavalo, pois deste modo não voltaria a ser prisioneiro.

7 de Agosto de 2011, Domingo

1170, 1 de Agosto – Ordem de Santiago
Em Cáceres, a partir de uma confraria de cavaleiros que formou votos e uma regra, foi criada a ordem de Santiago, tendo como principal objectivo lutar contra os muçulmanos da Península, tornando-se uma das organizações mais importantes na história da Reconquista. 1175, Abril - Ordem de Évora
A decisão de fundar uma ordem militar portuguesa veio da importância de se conseguir manter a cidade de Évora em poder dos portugueses e de reforçar a sua defesa. O fundador e mestre desta Ordem foi Gonçalo Viegas de Lanhoso descendente da aristocracia nortenha. 1179, 23 de Maio – Bula Manifestis probatum est
Com este documento, o papa Alexandre III, a Santa Sé reconhece finalmente, o título de rei a D. Afonso Henriques e o reino a Portugal, tomando o rei e seus herdeiros sob a protecção da Santa Sé. Em reconhecimento, D. Afonso Henriques duplica o censo que pagava à cúria romana e pagou de uma só vez 1000 peças de ouro. Terminava assim o longo período de resistência da cúria romana ao reconhecimento da independência de Portugal.

Enquadramento Histórico da Viagem Medieval 2011

29 de Julho de 2011, Sexta-feira

Primavera de 1141- Recontro de Valdevez
Na fronteira do condado portugalense com a Galiza, Afonso Henriques é surpreendido com um ataque militar de seu primo Afonso VII. Antes do início da batalha, portugueses e galegos tentam convencer os seus chefes a chegarem a um acordo, promovendo-se um bafordo torneio entre os melhores cavaleiros de ambos os lados resultando na captura de alguns cavaleiros de Afonso VII. "Vendo pois o imperador que tudo o que o rei de Portugal empreendia se tornava próspero, e que a boa fortuna o orientava e que Deus o ajudava e a ele pelo contrário (...), mandou chamar o arcebispo de Braga, D. João e (...) pediram-lhe para ir ter com o rei de Portugal para lhe proporem a paz". Este «recontro» termina num pacto de tréguas entre Afonso Henriques e Afonso VII, bastante favorável para o rei português.

30 de Julho de 2011, Sábado

1142 – No porto de Gaia atracam alguns navios com Cruzados,

chegados das Gálias em direcção a Jerusalém. Afonso Henriques, aproveitando a sua presença, propõe-lhes um acordo de auxílio na tomada de Lisboa: os Cruzados iriam por mar e el-rei por terra. Cercaram e atacaram Lisboa sem contudo penetrar na cidade, limitando-se a devastar os arredores.

31 de Julho de 2011, Domingo

1143 – Chega à Península o cardeal Guido de Vico, legado da Santa Sé para tratar de assuntos eclesiásticos visitando todo o território portugalense: Coimbra e Porto passando pela Terra de Santa Maria. Outubro - Conferência de Zamora
Desta conferência, onde se encontram os reis de Portugal e de Leão e o legado papal Guido de Vico, é emitido um documento em que Afonso Henriques é intitulado Rei de Portugal. Este facto leva a que D. Afonso Henriques, durante algum tempo, não ataque territórios galegos e se dedique ao alargamento do território para sul onde se encontram os sarracenos.

www.fecofeira.pt

Apoios:



Redacção e Administração:

Rua S. Paulo Cruz, 12 r/c
4520-249 Santa Maria da Feira
Tel. 256 373 235 - Fax 256 373 244

e-mail: culturaerecreio@gmail.com

Director: António Pinto

Equipa de Redacção: Vera Jesus, Isabel Gilde, Nuno Amaro, Joaquim Tavares e Paulo Rodrigues.

Design: daf.dafdesign@gmail.com

Impressão: Gráfica Monumento

Tiragem: 1 000 exemplares

Insc. ERS n 125230

Propriedade: Federação das Colectividades de Cultura e Recreio do Concelho de Santa Maria da Feira